



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

## DESPACHO

De: DER-NUPROJVIARIO

Para: SUPEL-CPLO

C/ C ao: DER - SEL

Processo Nº: 0009.231417/2021-75

Assunto: Parecer Técnico Análise Recursos

Senhora,

Considerando o Despacho SUPEL-CPLO (ID. 0021808370) solicitando desta gerência a análise e posterior emissão de parecer técnico que subsidiará o julgamento da CPLO/SUPEL-RO no que tange aos apontamentos contidos no recurso apresentado pela empresa **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** (ID.0021503811) e as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** (ID.0021727629), segue entendimento após análise.

### **ANÁLISE RECURSO ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Com relação a comprovação de qualificação técnica operacional para o item **Execução de ponte em concreto protendido**, o entendimento é de que não há fundamento para se aceitar a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, respaldado na Jurisprudência. Através do Acórdão 2208/2016-Plenário, foi defendido que a capacitação técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) da empresa não se confunde com a capacitação do profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira abrange também as instalações, o aparelhamento, as metodologias de trabalho e os processos internos de controle de qualidade, entre outros aspectos. A unidade instrutiva considerou que, nesse contexto, não há garantia de que o simples fato de a empresa contar com o profissional irá resultar na execução satisfatória do serviço, já que outros fatores são necessários para a adequada prestação.

Considerando o questionamento da empresa ressaltando que executou serviços de OAE, tais como execução de BTCC de diversas dimensões, devendo os mesmos serem considerados como serviços de características semelhantes. De acordo com a Lei 8.666/1993, § 3º será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. No caso levantado pela licitante, as características técnicas do item em questão são inferiores se comparadas com a construção de uma ponte Concreto Pré-Moldado Protendido, sendo improcedente o pleito, vez que Bueiros e Galerias são Obras de Arte Corrente e não Obras de Arte Especiais.

No que tange ao item de **defensa semi-maleável simples**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em

editais devem ser atendidos, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID. 0021316163), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

Atenciosamente.

**IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA**  
Assessora/ Eng<sup>a</sup> Civil

**RENAN DA SILVA GRAVATÁ**  
Engenheiro Civil

**ELIZA ELIS HENZ**  
Coordenadora da CPPOO/DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **IANARA FELIX NERI DA SILVA, Assessor(a)**, em 10/11/2021, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENAN DA SILVA GRAVATA, Engenheiro(a)**, em 10/11/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZA ELIS HENZ, Coordenador(a)**, em 10/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021851578** e o código CRC **71A6981C**.

---

---

**Referência:** Caso responda esta Despacho, indicar expressamente o Processo nº 0009.231417/2021-75

SEI nº 0021851578